

HABEAS CORPUS Nº 546.284 - SP (2019/0345764-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : PATRICIA ROSSETTO BRITO
ADVOGADO : PATRÍCIA ROSSETTO BRITO - SP248410
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ CARLOS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de LUIZ CARLOS DA SILVA contra decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2252358-60.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juiz de Direito, ao condenar o paciente à pena de 10 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial semiaberto, determinou a expedição de mandado de prisão em seu desfavor, desconsiderando o tempo de provisória entre 17/8/2018 e 20/12/2018.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, pleiteando a detração. O Desembargador Relator, então, concedeu parcialmente a ordem apenas para que fosse respeitado o regime semiaberto, no mandado de prisão (e-STJ fls. 11/12).

Nesta impetração, a defesa argumenta que o paciente tem direito à detração da pena, em relação ao período em que ficou preso provisoriamente - 4 meses e 5 dias -, que pode ser observada pelo Juiz sentenciante (que condenou o paciente no regime semiaberto), nos termos do art. 1º da Lei n. 12.736/2012, não sendo necessário que ele espere que a execução chegue ao Juízo competente (da execução) para que seja reconhecida a detração.

Sustenta, assim, fazendo os cálculos, já ter direito ao regime aberto.

Nesses termos, pede, em liminar e no mérito, a concessão ao

Superior Tribunal de Justiça

regime aberto.

É o relatório. **Decido.**

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n. 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*, aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009).

Em que pese a defesa ter razão - o Juiz sentenciante realmente pode reconhecer a detração -, ficou claro, na decisão liminar ora impugnada, que *a r. sentença proferida nos autos nº 1500345-58.2018.8.26.0066 foi reformada pelo acórdão de fls. 16/20, proferido pela Colenda 16ª Câmara de Direito Criminal. Não foi aplicado o artigo 387, §2º do CPP, pois a reincidência evidenciou que aspecto negativo da personalidade do agente justificava a manutenção do regime inicial semiaberto* (e-STJ fl. 12).

Efetivamente, entendo que a situação não apresenta ilegalidade manifesta que enseje uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal, devendo a impetrante aguardar a análise do mérito pela Corte de origem.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator